

A gestão das águas públicas – o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973

António de Sousa Pedrosa

Recentemente, a investigação geográfica produzida no seio da Universidade do Minho proporcionou mais um contributo para o enriquecimento da Geografia portuguesa e para a compreensão do território da Região Norte de Portugal. Refiro-me concretamente à tese de doutoramento de Francisco da Silva Costa, subordinada à temática da gestão das águas públicas na bacia hidrográfica do rio Ave entre 1902-1973, cuja apresentação e defesa tiveram lugar no passado mês de Setembro. Tendo sido orientador científico deste trabalho de investigação, cuja evolução acompanhei desde o ano 2000, reconhecendo o seu elevado mérito e tendo em mente diversas perspectivas de abordagem e esferas de aplicabilidade das questões abordadas, aprez-me realizar uma reflectida recensão da sua expressão final.

Como sintetizado no próprio título, "*A gestão das águas públicas – o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973*", esta tese tem como objecto de estudo o modelo de gestão das águas públicas, no quadro de um espaço geográfico com características particulares e uma singular coexistência de usos e funções: o domínio público hídrico do vale do Ave e seus afluentes.

Importa antes de mais reflectir sobre a pertinência da escolha desta temática de investigação. A análise do modo como, ao longo do último século, foi gerido o domínio público hídrico da bacia hidrográfica do Ave, leva-nos por caminhos muito mais vastos na compreensão da evolução natural e socioeconómica deste espaço. A pesquisa de numerosas fontes documentais na esfera da economia, do direito e da gestão territorial, permitiu traçar um valioso quadro histórico da evolução do uso do solo e das actividades que se fixaram nas margens adjacentes aos principais cursos de água.

Se a questão inicial deste trabalho de investigação equacionava a existência de um modelo de território hidrológico, historicamente construído, para a bacia hidrográfica do rio Ave, novas questões emergiram posteriormente, designadamente a compreensão das tensões geradas pela presença de usos conflituosos num espaço restrito: vales férteis para a prática agrícola, onde a proximidade das correntes fluviais como fonte energética atraiu desde cedo actividades artesanais e industriais, não raramente responsáveis pela poluição das águas. A análise de numerosos documentos legais e da sua aplicação permitiu também

ter uma perspectiva sobre a evolução das políticas ambientais no período em causa, bem como do frequente distanciamento entre a lei e a sua prática. Por outro lado, a espessura histórica desta tese, deverá suscitar a nossa reflexão sobre os actuais modelos de gestão das áreas ribeirinhas, à luz das ilações retiradas, e formular novos modelos e novas estratégias para o futuro porque, em verdade, a prática quotidiana pouco terá mudado na sua essência. Atente-se, sobretudo, que, face à rapidez das mudanças económicas de escala global e às dificuldades enfrentadas actualmente pelos diversos sectores industriais do Vale do Ave, estamos já a atravessar uma fase de reestruturação deste território, sendo esta uma oportunidade para repensar o ordenamento territorial, projectar um novo mosaico funcional e definir novas políticas operacionais de gestão, prevenindo a sobreposição de documentos legais e a habitual dispersão de competências e poderes.

Na sua versão final, esta dissertação apresenta-se um pouco extensa, totalizando 800 páginas, para além da bibliografia e anexos. Inclui ainda 324 figuras e 46 quadros que ilustram e dão expressão territorial aos temas abordados.

A sua grande dimensão poderá, em parte, ser justificada pela dificuldade em analisar de modo sintético o elevado número de fontes documentais a que o autor recorreu para fundamentar o seu trabalho. Foram consultados mais de 23000 processos (23249) relativos ao Domínio Público Hídrico, dos quais foram validados 31837 registos.

Da consulta e tratamento das fontes pesquisadas, resultou uma complexa base de dados que permitiu a Francisco Costa compreender as dinâmicas de gestão e utilização do domínio público hídrico no vale do Ave, tendo sempre presente as implicações destas no ordenamento da bacia hidrográfica e no desenvolvimento económico e social desta área.

Esta tese oferece-nos uma visão diacrónica da evolução do direito da água, no que respeita à regulamentação das leis nacionais e sua aplicação ao nível dos Serviços Hidráulicos; apresenta-nos a estrutura orgânica dos Serviços Hidráulicos, assim como as competências e os procedimentos das diversas secções que os compõem e ainda a forma como se desenvolvem as relações entre os agentes de diferentes hierarquias da instituição.

Este estudo salienta a importância da captação e dos canais de condução da água das correntes públicas como factor fundamental na prática da rega e outras actividades agrícolas, condicionando a expressão territorial desta actividade. Esboça também um interessante quadro histórico sobre as diferentes formas de utilização das águas públicas nos processos produtivos e energéticos da indústria, à escala local e regional, contendo ricos pormenores sobre a especificidade dos usos da água no sector têxtil.

Um dos aspectos mais meritórios deste trabalho é o explicar das relações existentes entre as instituições públicas, privadas e particulares, no desenvolvimento dos processos administrativos relacionados com os licenciamentos no Domínio Público Hídrico, identificando igualmente as formas de usos de carácter público e privados dentro do Domínio Público Hídrico. São considerados os tipos de conflitos entre utilizadores, agentes e Serviços Hidráulicos. Por fim, são objecto de atenção os diferentes tipos de intervenções sobre o Domínio Público Hídrico, sendo ponderados os impactos, problemas e condicionantes resultantes.

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos de corpo de tese, aos quais acrescem a *introdução* e as *considerações finais*.

A *Introdução* aponta os objectivos centrais da investigação, analisa criticamente as fontes documentais disponíveis e explica os critérios de selecção dos arquivos, definindo a metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho. Os tópicos abordados nesta nota introdutória revelam-se fundamentais para a compreensão de todo o trabalho de investigação realizado, indicando as grandes linhas orientadoras que o nortearam.

Os capítulos I e II - "*Passado recente do planeamento dos recursos hídricos ~ o estado da arte*" e "*Abacia hidrográfica do rio Ave ~ identidade hidrogeomorfológica e território*" - consubstanciam um enquadramento histórico, legal e geográfico da temática em estudo, permitindo-nos compreender quer o espaço físico em análise, quer obter uma perspectiva do quadro legislativo e institucional da gestão do Domínio Público Hídrico.

Não obstante à sua pertinência, teria sido importante realizar uma síntese mais consistente dos conteúdos, dando maior relevância àqueles que são verdadeiramente essenciais para explicar as questões que vão sendo levantadas ao longo do trabalho. Seria necessário tomar mais clara a relação entre estes

dois capítulos de enquadramento e as questões do corpo de tese, de modo a que o leitor entenda mais facilmente a ligação entre ambos e o sentido de coerência interna da tese.

Os capítulos III, IV e V são, indiscutivelmente, o centro fulcral da tese, onde se procura dar resposta aos objectivos delineados. Da sua leitura apercebemo-nos da dimensão do trabalho, quer no que se refere à recolha dos elementos, quer à base de dados que foi constituída e que permitiu o tratamento e análise da informação recolhida. Aqui fica patente a importância que a Geografia pode assumir ao demonstrar a complexidade de relações e processos que se verificam num território e que a realidade actual está claramente condicionada por todas as relações dinâmicas e funcionais do passado.

É também aqui que este trabalho mostra a importância da conjugação dos elementos físicos do território e a sua interrelação com os processos económicos e culturais na explicação das dinâmicas territoriais, quer passadas quer presentes.

A Geografia é a ciência do território, entendido como um sistema dinâmico e complexo, que resulta da interação entre os elementos físicos e humanos. Contudo, desde os seus primórdios que a ciência geográfica tem evoluído numa dicotomia constante entre um vector mais humanista e uma abordagem mais física ou naturalista, espartilhando a interpretação do território na sua dimensão física e humana, que não podem ser entendidas de modo compartimentado, do mesmo modo que não se pode segmentar uma realidade coesa e evolutiva por forças dialécticas.

Esta dissertação coloca claramente em causa esta dicotomia e realçando a importância do diálogo e, mesmo, da integração entre a Geografia Física e a Geografia Humana, no sentido de explicar cabalmente uma realidade que passa claramente pela relação entre o Homem e o Meio.

A errata enviada posteriormente resolveu algumas imprecisões que o texto possuía, quer a nível da expressão escrita, quer ainda alguns pequenos erros de dactilografia e composição gráfica, já aqui salientados. Naturalmente, que qualquer trabalho apresenta sempre deficiências de menor relevo, todavia o valor global deste trabalho justificaria um maior cuidado, rigor e atenção na ultimização da sua versão definitiva, o que recomendo na eventual preparação de uma versão para publicação como livro.

Gostava ainda de salientar o carácter inovador desta tese no âmbito da investigação realizada recentemente na Geografia em Portugal. É claramente um trabalho pioneiro pois permite uma visão integradora da evolução de um território na perspectiva do aproveitamento de um recurso: a água. Na verdade, a água é analisada sob o ponto de vista de recurso natural (locais de pesca, praias fluviais..), como recurso hidráulico (aproveitamento hidráulico e na produção hidroeléctrica), como recurso estratégico (desenvolvimento das actividades económicas de base, em toda a bacia, numa perspectiva locativa e complementar - a agricultura, amargame e indústria têxtil).

Penso que esta é uma visão muito útil, nomeadamente na definição de estratégias de desenvolvimento para o vale do Ave tendo como base de sustentação o recurso analisado.

Complementarmente, este estudo assume particular relevância na compreensão dos problemas que resultaram de todas as alterações a que o rio foi sujeito no período analisado. Pergunto-me se esta compreensão acrescida das implicações das actividades antrópicas sobre os ambientes ribeirinhos naturais e a dinâmica do sistema hidrológico no vale do Ave, poderá contribuir para a resolução ou mitigação dos problemas diagnosticados nomeadamente no que se refere às questões de poluição, inundações, desvio do leito do rio ou a extracção exagerada de inertes? É na minha opinião, um contributo muito válido para a compreensão destes problemas que pode suscitar a definição de medidas concretas para a sua solução.

O vale do Ave apresenta diversos problemas de ordenamento do território que se relacionam com aspectos particulares do modelo de ocupação deste espaço. Pese embora a análise das implicações do desordenamento territorial não ter constituído uma problemática central desta tese; o vasto levantamento

histórico-documental realizado e a interpretação geográfica do mesmo podem contribuir significativamente para a compreensão do modelo de ocupação do espaço e de organização do território.

Deste modo, será possível perceber e identificar as raízes históricas das modificações introduzidas na dinâmica natural do sistema territorial à escala da bacia hidrográfica, sustentando assim a apresentação de propostas que minimizem os diversos riscos que são potenciados pelo tipo de padrão que aqui predomina: povoamento disperso onde coabitam anarquicamente os mais diversos usos do solo. Advogo a opinião de que o padrão actual se encontra intimamente relacionado com a evolução da gestão das águas públicas da bacia hidrográfica do Ave longo do século XX. É um modelo de ocupação com aspectos muito particulares e riscos inerentes associados, sendo urgente procurar soluções ou pelo menos definir estratégias de minimização dos custos sociais e económicos que daí decorrem.

Finalmente, este trabalho, segundo o próprio autor, pretendeu contribuir para o debate sobre os modelos tradicionais de intervenção no Domínio Público Hídrico. Este objectivo é, de facto, oportuno num momento em que se discutem os modelos de gestão dos recursos hídricos em Portugal, estando esta temática ainda pouco divulgada e estudada no meio técnico-científico.

No entanto, seria interessante aprofundar esta ideia e discutir qual a importância que os modelos de gestão analisados poderão ter para uma futura reorganização do processo de gestão político-administrativa dos recursos hídricos em Portugal. É um tema de importância vital, já que a água é um recurso escasso e de importância estratégica para o século em que nos encontramos. A racionalização do seu uso e a administração do seu potencial são imperativos fundamentais.